TODOS PELA **INFÂNCIA**

A experiência de enfrentamento ao trabalho infantil e promoção dos direitos da criança e do adolescente desenvolvida pelo **Shopping Vitória**

Iniciativa:

ESG SHOPPING VITÓRIA

SHOPPING VITÓRIA

Parceiro Técnico:

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

SUMÁRIO

6 **Apresentação**

11 **O trabalho infantil na Grande Vitória**

14 **Projeto Todos pela Infância**
14 Contextualização do trabalho infantil em espaços privados de uso coletivo
16 Levantamento inicial: desafios e oportunidades

19 **Implementação do projeto Todos pela Infância**

25 **Formação das equipes**
25 Formação e acompanhamento do Núcleo Social
27 Formação das equipes de segurança

29 **Monitoramento e Avaliação**

32 **Articulação com a Rede de Proteção Social e o Sistema de Garantia de Direitos**

41 **Campanha de sensibilização de clientes e lojistas**

44 **Principais resultados e conquistas**
44 O projeto em números
46 Transformações alcançadas e avanços concretos
48 Aprendizados do projeto Todos pela Infância
49 Rumo ao futuro: próximos passos

51 **Conclusão**

52 **Glossário**

55 **Ficha técnica**

APRESENTAÇÃO

Até pouco tempo atrás, era comum ver *Samuel, de 14 anos, circulando pelo Shopping Vitória, localizado no Estado do Espírito Santo, vendendo balas. Ele e outros garotos buscavam, assim, garantir alguma renda. O pai, *Luís, acompanhava a rotina do filho com apreensão: “Eu não conhecia essas amizades e ficava muito preocupado”, conta.

A vida da família não era fácil: desempregado, enfrentando problemas de saúde e poucas oportunidades, *Luís via o filho trilhar um caminho que conhecia bem — o de começar a trabalhar precocemente, sem direito à infância.

Mas essa história começou a se transformar quando *Samuel foi identificado pela equipe do projeto **Todos pela Infância**, uma iniciativa de enfrentamento ao trabalho infantil realizada pelo Shopping Vitória, em parceria com a Cidade Escola Aprendiz[1].

***** Os nomes dos entrevistados foram trocados para preservação da identidade.

1 A Cidade Escola Aprendiz é uma organização da sociedade civil que atua desde 1997 na promoção da Educação Integral e no desenvolvimento de Territórios Educativos com foco na proteção integral de crianças, adolescentes e jovens – com especial atenção à efetivação do direito à Educação e a uma infância livre do trabalho infantil e da pobreza multidimensional. De forma transversal, as ações da organização são pautadas pelo compromisso com a promoção da equidade racial, de gênero e territorial. Saiba mais em **www.cidadeescolaaprendiz.org.br**.

Com o acolhimento e o acompanhamento da rede de proteção, ele deixou de vender balas nas dependências do empreendimento e passou a atuar em uma empresa como Jovem Aprendiz — uma forma de contratação que garante jornada reduzida, formação teórica e que só pode ser exercida por adolescentes e jovens que estiverem estudando.

"Agora ele vai ao shopping para passear. Está cheio de responsabilidade, não perde o horário. Está muito feliz com a oportunidade que recebeu", diz o pai.

Para *Luís, ver o filho com boas perspectivas de futuro é motivo de orgulho e também de reparação: "Comecei a trabalhar na roça com 11 anos com meus tios. Carregava dormente de madeira, capinava o pasto, cortava cana e tocava o gado. Aos 14 anos, voltei para a cidade e fui trabalhar como pedreiro com meu pai. Não tive oportunidade. Ver meu filho se interessando por uma coisa boa, estudando, é tudo o que eu queria."

A história de *Samuel é apenas uma entre muitas. Entre julho de 2024 e junho 2025, o projeto **Todos pela Infância** identificou 119 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nas dependências do Shopping Vitória. A grande maioria estava em situação de trabalho infantil, vendendo itens como balas, e em situação de mendicância na praça de alimentação do empreendimento. Desse total, 55 casos foram encaminhados às Secretarias Municipais de Assistência Social dos municípios da Grande Vitória — Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana — para que as crianças e adolescentes pudessem ser acompanhados com mais proximidade pela rede de proteção local e ter acesso aos serviços e programas previstos pelas políticas de Assistência Social, Saúde e Educação. Alguns desses casos, inclusive, foram compartilhados mais de uma vez, o que demonstra a complexidade para se quebrar o ciclo do trabalho infantil.

O projeto **Todos pela Infância** é uma iniciativa pioneira na capital do Espírito Santo para o enfrentamento ao trabalho infantil em

espaços privados de uso coletivo. Inspirado na metodologia **Chega de Trabalho Infantil nos Shoppings Centers**, o projeto teve início em julho de 2024, com o objetivo de transformar o Shopping em um ecossistema comprometido com a erradicação do trabalho infantil.

Esta publicação sistematiza a experiência, apresenta diretrizes metodológicas e contribui para fortalecer o Shopping Vitória a conduzir o projeto de forma autônoma.

Ao longo do material, você encontrará informações sobre o contexto do trabalho infantil no município e no Shopping Vitória, a metodologia adotada, os resultados obtidos, a atuação das redes de proteção social, as ações de mobilização e as estratégias para a continuidade do projeto.

Caso surja alguma dúvida quanto à nomenclatura dos serviços que envolvem a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, consulte o nosso Glossário ao final da publicação. Os termos destacados em **amarelo** são explicados lá!

Que esta leitura inspire novos compromissos e caminhos na luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Metodologia: Chega de Trabalho Infantil nos Shoppings Centers

A metodologia Chega de Trabalho Infantil nos Shoppings foi desenvolvida em 2018 pela Cidade Escola Aprendiz, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SMADS) e de um shopping da capital paulista, para enfrentar o trabalho infantil em espaços privados de uso coletivo. A proposta parte do entendimento de que a erradicação dessa prática exige uma atuação intersetorial, educativa e articulada, envolvendo setor público, sociedade civil e iniciativa privada.

Essa abordagem está estruturada em seis estratégias principais:

- Diagnóstico do território e do contexto local de violações de direitos;
- Formação continuada das equipes dos shopping centers, incluindo seguranças, lojistas e educadores sociais;
- Atendimento especializado a crianças e adolescentes, realizado por equipe técnica qualificada, que compõe o que chamamos de Núcleo Social;
- Monitoramento e avaliação contínua das ações implementadas;
- Articulação com os atores do **Sistema de Garantia de Direitos** (em especial, com a rede de proteção social dos municípios, conselhos tutelares, demais serviços públicos e organizações da sociedade civil). Aqui entende-se também as lojas e o próprio shopping como atores do Sistema, uma vez que têm grande potencial de promover a inclusão produtiva por meio

da oferta de vagas seguras e protegidas para adolescentes na condição de Jovens Aprendizes e da articulação de oportunidades de trabalho para familiares das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilização social;

- Desenvolvimento de campanhas de sensibilização junto a clientes e lojistas, promovendo conscientização sobre os impactos do trabalho infantil.

Experiências anteriores

Desde 2018, a metodologia vem sendo implementada e aprimorada em diferentes contextos urbanos. Nos primeiros quatro anos, o Chega de Trabalho Infantil no Shopping Center foi desenvolvida em três empreendimentos localizados na cidade de São Paulo e se expandiu para um terminal rodoviário também na capital paulista entre 2022 e 2023.

Inspirada por essa trajetória, a Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI-SP) adotou a metodologia como referência para a criação do Programa Cidade Protetora[2], desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo com o objetivo de prevenir e enfrentar o trabalho infantil em espaços privados de uso coletivo. A Cidade Escola Aprendiz, integrante da CMETI, atuou diretamente na elaboração e implementação do programa, contribuindo com a formação de novos núcleos sociais e equipes de seguranças.

2 Lançado em junho de 2022, é uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), para engajar empresas privadas na proteção integral de crianças e adolescentes. Saiba mais em https://prefeitura.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/rede_socioassistencial/criancas_e_adolescentes/331605.

O TRABALHO INFANTIL NA GRANDE VITÓRIA

A situação do trabalho infantil na Região Metropolitana da Grande Vitória, composta por Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Fundão e Guarapari reflete desafios significativos relacionados à proteção integral de crianças e adolescentes. Embora dados específicos para essa região sejam escassos, informações estaduais e nacionais fornecem uma perspectiva sobre a magnitude do problema.

Em 2023, o Espírito Santo registrou uma redução de 31,4% nos índices de trabalho infantil em comparação ao ano anterior, conforme apontado pelo estudo "Diagnóstico Ligeiro do Trabalho Infantil – Brasil, por Unidades da Federação"[3], baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE. Apesar dessa diminuição, o trabalho infantil persiste em diversos contextos urbanos, especialmente em áreas de grande circulação, como feiras livres, terminais de transporte e centros comerciais.

3 IBGE, 2023. Diagnóstico Ligeiro do Trabalho Infantil – Brasil, por Unidades da Federação – com base na PNADc/2023. Disponível em: **https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/pdfs/diagnostico-ligeiro-trabalho-infantil-na-pnadc-2023-v-1-1-1-1.pdf**. Acesso em:1 jul. 2025.

© JBalla/iStockphoto.com

A naturalização do trabalho infantil, particularmente entre crianças e adolescentes negros, é uma preocupação adicional. Dados nacionais indicam que 66,3% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil são pretos ou pardos, superando sua representação na população geral de 5 a 17 anos, que é de 59,3%[4].

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022[5], a taxa de analfabetismo no Espírito Santo é de 5,6%, o que representa cerca de 173,8 mil pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever. Na Grande Vitória, os índices variam entre os municípios: Vitória apresenta a menor taxa de analfabetos (2,2%), seguida por Vila Velha (2,6%), Serra (3,9%), Cariacica (4,5%) e Viana (5,5%).

4 IBGE, 2024. PNADc 2023. Disponível em: **https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102125_informativo.pdf**. Acesso em: 1 jul. 2025.
5 IBGE, 2024. Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem. Disponível em: **https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem**. Acesso em: 1 jul. 2025.

Em relação à exclusão escolar, dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2021[6] indicam que metade das crianças do 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública no Espírito Santo não está alfabetizada.

No mercado de trabalho, o Espírito Santo registrou, no quarto trimestre de 2024, uma taxa de desocupação de 3,9%, a menor desde 2012. Esse percentual representa aproximadamente 85 mil pessoas desempregadas no Estado. Apesar da baixa taxa de desemprego, a informalidade permanece alta, com 38,3% da população ocupada trabalhando sem carteira assinada ou em atividades informais.

Apesar dos desafios persistentes, a Região Metropolitana da Grande Vitória conta com uma rede de proteção social com importantes potencialidades. O funcionamento articulado do **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)** em diferentes municípios reflete o compromisso institucional com a garantia de direitos.
A experiência do **Grupo de Trabalho do PETI Metropolitano** evidencia a capacidade de articulação intermunicipal para lidar com fenômenos que ultrapassam os limites administrativos, como o trabalho infantil em espaços privados de uso coletivo.

Essa capacidade de cooperação, somada à presença de profissionais qualificados e à disposição para construir protocolos conjuntos, foram fundamentais para o desenvolvimento do projeto **Todos pela Infância**.

6 BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório de resultados do Saeb 2021 – volume 2: 2º ano do ensino fundamental. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: **https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2021/resultados/relatorio_de_resultados_do_saeb_2021_volume_2.pdf**. Acesso em: 1 jul. 2025

PROJETO TODOS PELA INFÂNCIA

Contextualização do trabalho infantil em espaços privados de uso coletivo

Embora pouco refletido nas estatísticas oficiais, o trabalho infantil em espaços privados de uso coletivo — como shopping centers, terminais de transporte e supermercados — é uma realidade presente nas cidades brasileiras. A pandemia de COVID-19 e a crise político-econômica aprofundaram esse cenário, ampliando a vulnerabilização social de crianças e adolescentes que, em busca de renda, são levadas a vender produtos, pedir dinheiro ou prestar pequenos serviços nesses ambientes.

A legislação brasileira, conforme previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece que a proteção integral de crianças e adolescentes é dever da família, do Estado e de toda a sociedade. Em locais com grande circulação de pessoas e múltiplos fatores de atração, como os shoppings centers, por exemplo, a necessidade de corresponsabilidade social torna-se ainda mais evidente. Nesse contexto, é essencial que os empreendimentos privados possam contribuir ativamente na prevenção e no combate ao trabalho infantil. O Shopping Vitória, ao assumir este compromisso social, tem promovido ações concretas em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, inspirando outros a fazerem o mesmo.

Foi a partir desse reconhecimento que nasceu o projeto **Todos pela Infância**, fruto da parceria entre o Shopping Vitória e a organização da sociedade civil Cidade Escola Aprendiz. Inspirada em experiências anteriores, a iniciativa foi implementada na capital do Espírito Santo a partir da constatação de que a presença recorrente de crianças e adolescentes em situação de trabalho não representava uma questão de segurança, mas, sim, uma grave violação de direitos.

Mais do que uma ação pontual, o projeto foi concebido como um processo formativo e articulador, com o objetivo de transformar o Shopping em um espaço comprometido com a proteção da infância em suas diversas frentes.

Seus objetivos específicos são:

- Promover abordagens qualificadas, com acolhimento e encaminhamento das crianças e adolescentes aos serviços públicos;
- Desenvolver uma atuação integrada com a rede de proteção local, incluindo conselhos tutelares e secretarias municipais de Assistência Social, Saúde e Educação;
- Formar as equipes do Shopping (colaboradores, segurança, lojistas, equipe de limpeza e núcleo social) para reconhecer e lidar de forma ética e acolhedora com situações de trabalho infantil;
- Articular oportunidades de inclusão produtiva, por meio da oferta de vagas para adolescentes na condição de aprendizes e do apoio à inserção de familiares em programas de qualificação e geração de renda.
- Contribuir para a mudança de cultura e percepção da sociedade sobre o trabalho infantil, com apoio de materiais informativos e campanhas de sensibilização.

Levantamento inicial: desafios e oportunidades

O ponto de partida do projeto foi a percepção da recorrência do trabalho infantil, tanto no interior quanto nas imediações do empreendimento. As atividades envolviam, principalmente, a venda de produtos, pedidos de dinheiro e, em alguns casos, sinais de exploração por terceiros. Um aspecto relevante identificado desde o início foi a abrangência intermunicipal do fenômeno: muitas das crianças e adolescentes abordadas não residiam em Vitória, mas em municípios vizinhos, como Cariacica, Serra, Vila Velha e, ocasionalmente, Viana — todos integrantes da Região Metropolitana. Esse dado evidenciou a necessidade de uma estratégia adaptada à realidade multiterritorial, demandando articulações institucionais ampliadas.

Essa complexidade foi parcialmente atenuada pela existência do **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)** Metropolitano — grupo intermunicipal já articulado por profissionais da Assistência Social de municípios da Região Metropolitana, sendo eles Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha, Viana, Fundão e Guarapari. A articulação facilitou a troca de experiências e a coordenação das estratégias do projeto entre os diferentes territórios.

Paralelamente, foi conduzido um mapeamento da estrutura e do funcionamento do próprio Shopping, considerando sua organização institucional, rotinas e fluxos. Esse levantamento inicial permitiu a identificação de pontos estratégicos de atuação, respeitando as especificidades de um espaço privado de uso coletivo.

A escuta qualificada de diferentes atores — como seguranças, lojistas, gestores e frequentadores — aliada a entrevistas com crianças e adolescentes, revelou um cenário de violações frequentemente naturalizadas. O Shopping, concebido como espaço de consumo e lazer, também era um espaço de atração para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilização social.

“Sempre disse que não era um problema de segurança, mas uma questão social. Quando ninguém sabe o que fazer, chamam a segurança. Tivemos que mudar nosso modo de atuação, compreendendo a realidade dessas crianças. (...) Só um bom joalheiro reconhece um diamante com potencial para brilhar. É preciso olhar para as potencialidades das crianças.”

Marcos Antônio Ferreira Luiz, gerente de segurança do Shopping Vitória

Desde o início, ficou evidente que implantar um projeto de enfrentamento ao trabalho infantil em um espaço privado envolvia desafios técnicos, culturais e institucionais. Um dos principais deles foi a presença de grupos de adolescentes atuando de forma articulada, sobretudo na venda de doces ou em abordagens no estacionamento do Shopping.

O diagnóstico também apontou indícios de exploração. Havia relatos de adultos que organizavam a atuação dos adolescentes, distribuíam produtos e ficavam com parte dos lucros obtidos nas vendas — o que passou a ser investigado pelo Ministério Público do Trabalho e pela área de segurança pública como possível aliciamento para fins de exploração do trabalho infantil.

Outro desafio central enfrentado desde a etapa diagnóstica do projeto diz respeito a uma dimensão estrutural da cultura brasileira, que também se manifesta no microcosmo do Shopping Center: a naturalização do trabalho infantil — especialmente quando envolve crianças e adolescentes negras e negros. Importante destacar que a média nacional de crianças e adolescentes negras e negros trabalhando é de 66,3%. Quando olhamos para o Shopping Vitória, a média computada de casos de crianças e adolescentes negras e negros atendidos entre outubro de 2024 e junho de 2025 é de quase 80%. Esse cenário exigiu um esforço permanente para promover uma mudança

de percepção entre os diferentes públicos envolvidos, incluindo frequentadores, lojistas e colaboradores do Shopping. Desconstruir visões naturalizadas e evidenciar as violações de direitos presentes nessas situações demandou ações formativas contínuas, estratégias de sensibilização e a construção coletiva de um novo olhar, pautado pela promoção da equidade e pela defesa inegociável da proteção integral.

"Há uma naturalização do trabalho infantil tanto por parte das crianças quanto de lojistas e frequentadores. Trabalhar nesse contexto exige escuta sensível e firmeza na defesa da proteção integral."

Lorena Castro Clemente, assistente social do Núcleo Social do Shopping Vitória

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO TODOS PELA INFÂNCIA

A CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE DO NÚCLEO SOCIAL

A partir da leitura do contexto local, o Shopping Vitória estabeleceu uma parceria com a Cidade Escola Aprendiz, que passou a coordenar a implementação do projeto **Todos pela Infância**. Coube à organização o apoio no processo seletivo para a composição da equipe que atuaria na abordagens das crianças e adolescentes em trabalho infantil, a condução das formações dos profissionais envolvidos, o apoio na construção de protocolos internos e a articulação com os diferentes atores do **Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente**.

Com esse apoio, o Shopping instituiu a equipe do Núcleo Social, composto por duas assistentes sociais e coordenado tecnicamente pela Cidade Escola Aprendiz. Essas profissionais são responsáveis pelos atendimentos a crianças e adolescentes identificados, no intuito de estabelecer vínculo e construir uma relação de confiança entre eles. É a partir dessa relação que se faz possível obter as informações necessárias para que as condições de atendimento sejam construídas junto à rede de proteção social dos respectivos

Sala do Núcleo Social

territórios das crianças e adolescentes atendidos. Para facilitar o atendimento das crianças e adolescentes, a equipe conta com uma sala própria — também chamada de Núcleo Social — repleta de brinquedos, livros e instrumentos para o desenvolvimento de atividades lúdicas com as crianças e adolescentes atendidos.

Paralelamente, os colaboradores diretos e indiretos das áreas de segurança do Shopping passaram por formações específicas para reconhecer situações de vulnerabilização social e atuar de forma ética, sensível e integrada à equipe do Núcleo Social.

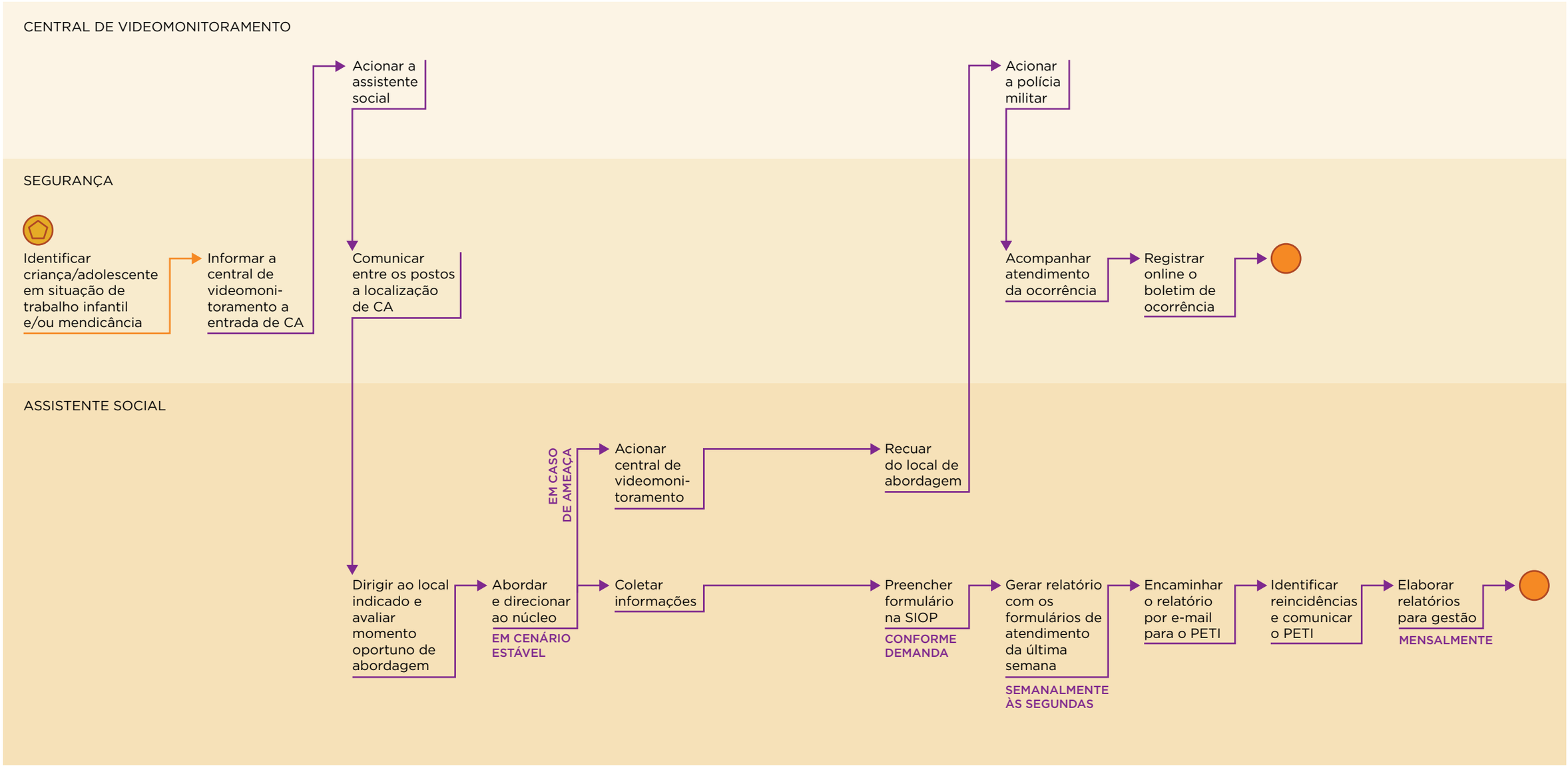
> **"Criamos espaços de escuta e articulação, onde conseguimos desenvolver estratégias viáveis para o afastamento do trabalho infantil, em parceria com os serviços públicos."**
>
> **Miriam Tronnolone**, gestora do projeto pela Cidade Escola Aprendiz

Juntos, os profissionais da área de segurança, as assistentes sociais e a gestora técnica da Cidade Escola Aprendiz elaboraram protocolos de abordagem e encaminhamentos, fortalecendo uma resposta institucional comprometida com a proteção integral. Estes protocolos visam garantir uma resposta rápida, humanizada e articulada com a rede de proteção. Entre os principais instrumentos definidos internamente, destacam-se:

- **Fluxo de comunicação entre a equipe de segurança, do Núcleo Social e a gestão do shopping:** Quando um caso é identificado, a equipe de segurança aciona as assistentes sociais por meio de rádio. Elas, então, realizam a abordagem inicial, conversam com a criança ou o adolescente e os convidam a ir até a sala do Núcleo, onde são realizadas atividades lúdicas, buscando criar um vínculo de confiança. Durante esse contato, as profissionais procuram compreender o contexto de vida da pessoa atendida, perguntam se frequentam a escola e os motivos que a levou à situação de trabalho infantil. Os dados sensíveis extraídos dessa aproximação são compartilhados com a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social do território de origem da criança, para que possam dar sequência ao atendimento social e o acompanhamento da família. Já os dados quantitativos são reportados para a gestão da segurança, que participa de reuniões quinzenais com a equipe do Núcleo e da gestão, e é responsável por informar a direção do Shopping sobre os resultados do projeto.

- **Diretrizes para abordagens humanizadas, baseadas na escuta qualificada e no acolhimento:** A equipe é capacitada para realizar aproximações cuidadosas, respeitando o tempo e os limites de cada criança e adolescente. Quando percebem resistência, as assistentes sociais evitam forçar o contato e buscam retomar a aproximação em outro momento mais oportuno. A escuta qualificada prioriza o acolhimento e empatia, criando um ambiente seguro e respeitoso, onde a criança ou o adolescente se sintam confortáveis para falar. É utilizada uma linguagem acessível e compatível com a faixa etária e o nível de compreensão da criança ou adolescente. O objetivo é que a conversa resulte em encaminhamentos e acompanhamentos adequados. Essa abordagem é inspirada no protocolo desenvolvido pela metodologia Chega de Trabalho Infantil no Shopping Center, que pressupõe:
  - Atender as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e alta vulnerabilização social de forma humanizada, acolhedora e quando possível desenvolver atividades lúdicas;

Abordagem e Encaminhamento de Crianças e Adolescentes (CA)



- Formar vínculos e conseguir estabelecer uma relação de confiança com eles.
- Obter as informações necessárias para que as condições de atendimento sejam construídas junto aos:
  - **Centros de Referência da Assistência Social (CREAS)**, serviços, projetos e programas previstos da rede de proteção social do município;
  - Atores do **Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente**.

- **Critérios objetivos para o acionamento da rede de proteção social:** Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil formam o público prioritário do projeto. Porém, nem todos os casos de abordagem resultam em encaminhamento para a rede de proteção. Isso porque, para que a equipe da Secretaria de Assistência Social dos municípios possa dar sequência ao atendimento social dos casos encaminhados, é necessário que ela esteja em posse de informações que permitam a identificação dessas crianças e adolescentes em suas casas ou em suas escolas — como o endereço da residência ou da unidade escolar, nome da mãe ou responsável. E para que essas informações sejam repassadas, é preciso um vínculo de confiança muito bem estruturado entre a equipe do Núcleo Social e as pessoas atendidas.

FORMAÇÃO DAS EQUIPES

Desde o início, a formação das equipes envolvidas foi fundamental para garantir um atendimento humanizado e eficaz às crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Shopping Vitória.

A formação envolveu não apenas a equipe de segurança, mas também a equipe do Núcleo Social, que foi sensibilizada para identificar sinais de vulnerabilização social e compreender a gravidade do problema dentro do ambiente do Shopping.

Formação e acompanhamento do Núcleo Social

As formações iniciais foram decisivas para alinhar objetivos e engajar os profissionais. Entre os temas abordados, destacam-se o que é trabalho infantil, trabalho infantil em espaços privados de uso coletivo e protocolo de abordagem de crianças e adolescentes no Shopping. O material de apoio utilizado nessa formação pode ser acessado neste link: **https://bit.ly/3U1XBWV**.

Nos três primeiros meses do projeto, a gestora se reunia com a equipe uma hora por dia, cinco vezes por semana, para acompanhar o desenvolvimento do trabalho. Com o tempo, a necessidade de acompanhamento tão assíduo diminuiu e passou a acontecer três vezes por semana, em encontros de uma hora de duração.

Um desses encontros era dedicado à formação, quando eram apresentados textos, estudos, pesquisas e reflexões sobre os principais temas relacionados ao trabalho infantil. Os temas foram definidos a partir das necessidades das experiências cotidianas de atendimento às crianças e adolescentes, que geraram demandas por aprofundamento sobre abordagens qualificadas e sobre a compreensão do comportamento de adolescentes em situação de vulnerabilização social.

Estudos sobre Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a partir da publicação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2017); sobre a Pedagogia Social de Rua, que tem sua base em Paulo Freire, e estudos sobre a agressão e suas raízes, sobre tendência antissocial e delinquência, tendo como referência Donald Winnicott, foram fundamentais para a promoção de uma atuação mais reflexiva, ética e transformadora, principalmente no atendimento a grupos de adolescentes de vários municípios.

“Aprendemos muito com o apoio constante. Em situações em que não sabíamos o que fazer, sempre havia orientação.”

Paullieny Florencio Barcelos, assistente social da equipe do Núcleo Social do Shopping Vitória

As abordagens aos grupos eram muitas vezes infrutíferas, porque nessa dinâmica os adolescentes muitas vezes demonstraram resistência à equipe do Núcleo Social e comportamentos de confronto,

dificultando o acolhimento imediato por parte da equipe técnica. Assim, nos momentos de acompanhamento técnico também eram realizados suporte emocional, por meio da escuta e elaboração das emoções decorrentes dos atendimentos (como frustração, impotência, desgaste e cansaço).

Eventos externos também faziam parte do conteúdo formativo da equipe, que participou de seminários, como o evento "A intersetorialidade no enfrentamento do trabalho infantil", realizado na Serra.

> **"A formação nos proporcionou uma compreensão mais profunda, não só sobre os direitos de crianças e adolescentes, mas também sobre como ter uma abordagem adequada. Nosso contexto exige uma tomada de decisão segura."**
>
> **Lorena Castro Clemente**, assistente social da equipe do Núcleo Social do Shopping Vitória

Formação das equipes de segurança

Os efeitos da formação da equipe de segurança foram percebidos de forma rápida e significativa. Tornou-se evidente que o trabalho infantil não deve ser tratado como uma questão de segurança, mas como uma violação de direitos que demanda respostas múltiplas e articuladas com a Assistência Social, a Saúde, a Educação e toda a rede de proteção. O aprofundamento sobre as causas estruturais do problema contribuiu para transformar a relação entre os profissionais e as crianças, promovendo abordagens mais sensíveis, baseadas na escuta e no reconhecimento das condições de vulnerabilização em que essas crianças se encontram.

A formação dessa equipe ocorreu logo no início do projeto, quando a Cidade Escola Aprendiz apresentou a metodologia de

Formação das equipes de segurança

enfrentamento ao trabalho infantil no Shopping. Também foram apresentados conteúdos educativos, como a contextualização histórica do trabalho infantil no Brasil; a legislação nacional; o que é trabalho infantil; tipos de trabalho infantil no país; causas e consequências; desconstrução de mitos sobre o trabalho infantil; dados no Brasil e no Espirito Santo e como fazer um atendimento humanizado. O conteúdo apresentado pode ser encontrado neste link: **https://bit.ly/3IAjsSP**.

Após a formação inicial, a equipe do Núcleo Social e a gestão de segurança do Shopping ficaram responsáveis pela sensibilização diária dos seguranças.

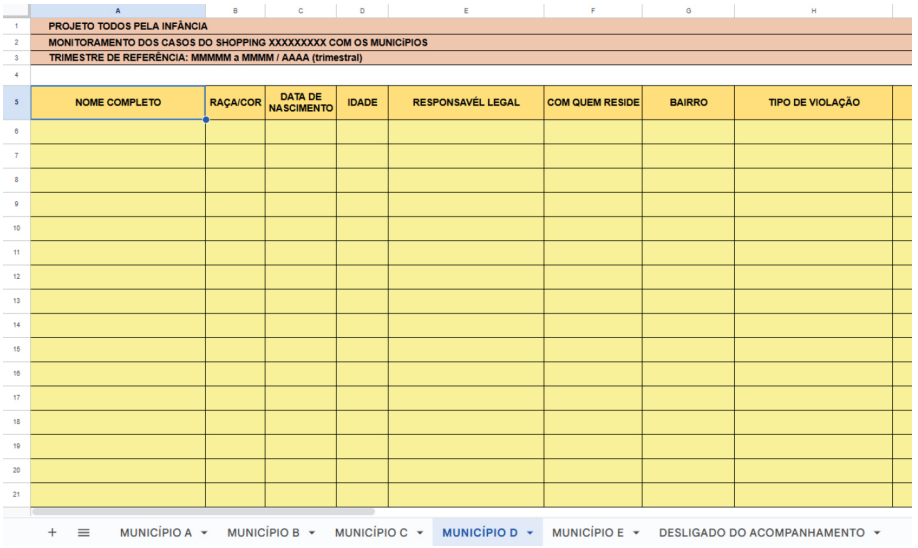
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

UMA ESTRATÉGIA IMPRESCINDÍVEL

O projeto **Todos pela Infância** estabeleceu indicadores objetivos para acompanhar sua implementação e mensurar seus resultados. Os principais dados monitorados foram:

- Perfil socioeconômico e demográfico das crianças, adolescentes e famílias abordadas, com enfoque para idade, raça, território de origem e escolarização;
- Tipos de trabalho infantil desenvolvidos;
- Locais e horários de abordagem;
- Casos compartilhados com as Secretarias Municipais de Assistência Social (SEMAS/**PETI**) no mesmo período.

Esses dados são sistematizados por meio de um relatório mensal — modelo disponível no link **http://bit.ly/4liBVBU** — e duas planilhas — uma para controle interno, denominada Planilha de Indicadores — modelo disponível no link **https://bit.ly/40Ef7Eq** — e outra para



	A	B	C	D	E	F	G	H
1	PROJETO TODOS PELA INFÂNCIA							
2	MONITORAMENTO DOS CASOS DO SHOPPING XXXXXXXXX COM OS MUNICÍPIOS							
3	TRIMESTRE DE REFERÊNCIA: MMMMM a MMMM / AAAA (trimestral)							
4								
5	NOME COMPLETO	RAÇA/COR	DATA DE NASCIMENTO	IDADE	RESPONSAVÉL LEGAL	COM QUEM RESIDE	BAIRRO	TIPO DE VIOLAÇÃO
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								
13								
14								
15								
16								
17								
18								
19								
20								
21								

Modelo da Planilha de Monitoramento Intermunicipal

monitoramento dos casos, chamada Planilha de Monitoramento Intermunicipal — acessada através do link: **http://bit.ly/44H3vSs** e que é compartilhada com os municípios.

O relatório social enviado para a rede de proteção é elaborado em papel timbrado, contendo o máximo de informações possíveis: nome, data de nascimento, responsável, endereço, escola frequentada, entre outras, além dos relatos obtidos nas abordagens.

Essas informações são necessárias para que as condições de atendimento sejam construídas junto à rede de proteção social para o cadastramento dessas crianças, adolescentes e famílias nos serviços e programas da Secretaria da Assistência Social do Município voltados ao enfrentamento ao trabalho infantil.

Confidencial

PROJETO TODOS PELA INFÂNCIA
RELATÓRIO SOCIAL INFORMATIVO
Email:
TELEFONE: (XX)

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Data de Nascimento:_____**Idade:** _____

Nome do responsável:_____

Endereço: _____

Escola: _____

Tipo de Trabalho Infantil: _____

Relatório informativo direcionado a referência do PETI de _____ (município), a partir do atendimento realizado pela equipe do Núcleo Social do Projeto Todos Pelo Infância do Shopping Vitoria.

No dia / /202_ a Equipe do Núcleo Social foi acionada pela Central de Segurança pois foi identificado (quantidade de crianças e/ou adolescentes) em situação de trabalho infantil (local do Shopping).

Ao chegarmos no local identificamos (nome da criança e/ou adolescente) ....

Em atendimento a criança/ adolescente informou/relatou que ...

Em outros atendimentos nos dias ....

Observação (quando for o caso): o adolescente pode ser um candidato em potencial para a inclusão no Programa de jovem aprendiz.

Por ora, é o disposto acima.

Vitória, __de_____ de 202_.

Nome das assistentes sociais, números do CRESS

Modelo do relatório social

ARTICULAÇÃO COM A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

A ESTRATÉGIA PRINCIPAL

O enfrentamento ao trabalho infantil em espaços privados de uso coletivo exige o comprometimento de múltiplos setores, especialmente diante de situações de violação relacionadas à exploração econômica, evasão escolar, negligência e situação de rua.

Reconhecendo essa realidade, o Shopping Vitória buscou articular-se com atores externos estratégicos para a efetividade do projeto **Todos pela Infância**. Desde o início, foi estabelecida uma aproximação com as equipes do **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)** dos municípios da Região Metropolitana, fortalecendo a construção de respostas intermunicipais integradas e qualificadas.

Reunião com o Grupo de Trabalho PETI Metropolitano.

O fluxo acordado entre os municípios prevê que os casos identificados sejam encaminhados aos **Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)** e, quando necessário, ao **Conselho Tutelar**.

> **"Acredito que essa colaboração aproximou a equipe do Shopping dos serviços públicos. Elas participaram de nossas capacitações, compreenderam nossa rotina e fortaleceram os vínculos**
>
> **Ana Paula dos Santos Lyrio Sperandio**, coordenadora do PETI em Serra

Assim, foram construídos instrumentos de troca de informações, como a Planilha de Monitoramento Intermunicipal, cujos dados eram incorporados ao **Observatório do Trabalho Infantil** — ferramenta de monitoramento criada pelo **Grupo de Trabalho PETI Metropolitano** utilizada para sistematizar dados sobre casos identificados e ações realizadas em prol da erradicação do trabalho infantil.

Grupo de Trabalho PETI Metropolitano e o Observatório do Trabalho Infantil

Com base na participação ativa do **Grupo de Trabalho PETI Metropolitano**, a equipe do Núcleo Social do projeto **Todos pela Infância** fortaleceu a comunicação com municípios como Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica. A realização de reuniões para discutir casos ou situações complexas foi fundamental para a integração e parceria entre o projeto com as redes de proteção locais.

Esse grupo realiza reuniões mensais de alinhamento, facilitando a troca de informações, o monitoramento conjunto dos casos e o planejamento de ações integradas. Um dos instrumentos centrais desse processo é o **Observatório do Trabalho Infantil**, ferramenta de monitoramento que sistematiza dados e garante a rastreabilidade dos encaminhamentos.

Criado pelo município de Vitória, o **Observatório do Trabalho Infantil** é uma ferramenta que reúne informações sobre todas as crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho infantil no território municipal — inclusive aqueles que residem em outros municípios, mas foram atendidos em Vitória.

Essa base de dados é fundamental para fortalecer a articulação intersetorial, aproximando os atores da rede de proteção, facilitando o intercâmbio de informações e acelerando a resposta às situações identificadas.

Como capital, Vitória tende a atrair crianças e adolescentes de outras regiões, o que reforça ainda mais a importância de uma ferramenta que concentre e sistematize essas ocorrências em toda a cidade.

Inspirada no modelo do **Observatório**, foi elaborada a Planilha de Monitoramento Intermunicipal, aplicada especificamente para os casos atendidos dentro do Shopping Vitória, reunindo todas as informações e dados sobre os casos identificados, como município de moradia, idade, escola onde estuda e tipos de trabalho infantil identificados. Essa planilha é compartilhada também com os outros municípios da Região Metropolitana.

> **"Quando recebemos as informações das técnicas do shopping, buscamos as famílias, entendemos o contexto e devolvemos os dados via planilha, com informações como local de moradia, escola frequentada e idade. Isso possibilita um acompanhamento efetivo."**
>
> **Greuza Nunes Pereira**, coordenadora do PETI em Vila Velha

Além disso, foram pactuados fluxos de atendimento entre o Shopping e as redes, que partem da identificação no Shopping até o retorno das informações à equipe do projeto.

Essas parcerias foram fundamentais para viabilizar o acolhimento e o encaminhamento imediato de casos; inserir adolescentes em programas de aprendizagem profissional; promover ações educativas, preventivas e de sensibilização no território; e garantir uma resposta institucional qualificada frente a situações de múltiplas violações de direitos.

> **"Mais de 50% das crianças identificadas estão atualmente em acompanhamento, o que demonstra o avanço da estratégia conjunta."**
>
> **Precilla Giacomin Peçanha Tosta**, assistente social e referência técnica do PETI em Vitória

Além do **Grupo de Trabalho PETI Metropolitano** e outros equipamentos das secretarias de Assistência Social, o projeto firmou parcerias com diversos atores do **Sistema de Garantia de Direitos**, como Unidades Básicas de Saúde (UBS), Conselhos Tutelares, instituições de ensino e organizações da sociedade civil.

Confira o passo a passo do

PROTOCOLO DE ATENDIMENTO COMPARTILHADO

1. Identificação e atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil

- Ao identificar um caso de trabalho infantil, a equipe do Núcleo Social do projeto **Todos pela Infância** realiza uma abordagem humanizada e acolhedora, no intuito de estabelecer vínculos e conseguir estabelecer uma relação de confiança entre eles.

2. Registro do caso e comunicação formal à rede de proteção social

- Paralelamente, a equipe do Núcleo Social envia dados sistematizados em um relatório para a referência técnica do PETI do município de origem da criança ou do adolescente e notifica o Conselho Tutelar.

3. Ações no território de origem

- Após o recebimento, a referência técnica do **PETI** realiza busca ativa nos outros bancos de dados e sistemas de Assistência Social, Saúde, Educação e **Cadastro Único** para identificar se a criança ou o adolescente já possui credenciamento em algum serviço ou programa social.
- A referência técnica do **PETI** registra as informações na Planilha de Monitoramento Intermunicipal, que também é compartilhada com os profissionais do **CREAS** local.
- Se a família for localizada, a referência técnica complementa a **planilha de monitoramento intermunicipal** com informações do caso e insere os dados na aba "município de origem".

4. Encaminhamento para a rede de proteção social

4.1 Articulação com o CREAS

- O caso é encaminhado ao **CREAS** de referência.
- As informações são registradas no **Observatório do Trabalho Infantil**, incluindo nome do **CREAS** de referência, técnico responsável e telefone para contato. A partir desse ponto, a equipe do Shopping pode contatar diretamente o **CREAS**, que seguirá com o atendimento às crianças, aos adolescentes e às respectivas famílias.
- A equipe do **CREAS** inclui os atendidos no **Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)**, que permite a identificação de múltiplas violações, além do trabalho infantil, e o encaminhamento para programas como o Jovem Aprendiz. A equipe do **PAEFI** realiza busca ativa, visitas domiciliares e articula com outras políticas públicas, como Saúde, Educação e programas de aprendizagem profissional.
- Quando todas as tentativas de proteção são esgotadas, o caso é encaminhado ao **Conselho Tutelar** com relatório detalhado.

4.2 Articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

- Quando o caso do adolescente está apto a fazer parte do Programa Jovem Aprendiz, ou seja, quando o adolescente tem a documentação exigida e retomou a frequência escolar, o CREAS envia essa informação para a referência do PETI.
- A referência do PETI solicita ao auditor fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego a inclusão prioritária do adolescente como Jovem Aprendiz.

4.3 Articulação com Organizações da Sociedade Civil (OSC)

- A equipe do Núcleo Social ao identificar um caso de adolescente que tenha interesse e atende os requisitos para inserção no Programa de Formação ou à vaga de Jovem Aprendiz, articula com a OSC responsável pela formação de Jovem Aprendiz.
- Por sua vez, a OSC realiza o processo seletivo e inclui o adolescente, seja na vaga de formação para o Programa e/ou já na vaga de Jovem Aprendiz.
- A OSC passa a acompanhar o adolescente ao longo do Programa, bem como sua família.

5. Devolutiva

- Foi acordado com as secretarias de Assistência Social dos municípios que o técnico de referência do CREAS deve preencher o formulário de devolutiva e o relatório do caso, e enviá-los à equipe do Núcleo Social do Shopping Vitória em até 45 dias.
- Estão previstos estudos de caso e novas devolutivas a cada três meses (prazo que pode ser repactuado entre as partes, de acordo com cada caso).

6. Reencaminhamentos e atualizações

- Caso não haja devolutiva em até três meses, a equipe do Núcleo Social do projeto **Todos pela Infância** pode acionar novamente a referência técnica do PETI e, se necessário, o CREAS.
- Se a família não for localizada, o caso é devolvido à equipe do projeto, com observações sobre a necessidade de mais informações.
- Os retornos devem ser registrados na Planilha de Monitoramento Intermunicipal pela referência técnica do PETI.

7. Situações complexas

- Em casos em que mesmo após atendimento e acompanhamento social da família não se consegue o afastamento do trabalho infantil, a equipe do Núcleo Social notifica o Conselho Tutelar da região de moradia da família e articula reuniões com a rede de proteção integral, com a participação de representantes do Conselho Tutelar. De forma conjunta, o Ministério Público e a Vara da Infância e Juventude são comunicados sobre todas as ações realizadas e também são convidados a participar das próximas reuniões.
- A depender do caso, o Ministério Público pode instaurar processos de medida de proteção e processo por descumprimento.

“Temos contato direto com a equipe do shopping. Quando há deslocamentos para áreas como praias ou bares, acionamos o SEAS [Serviço Especial de Abordagem Social], que atua até meia-noite, garantindo continuidade no atendimento.”

Greuza Nunes Pereira, coordenadora do PETI em Vila Velha

“Casos específicos exigem reuniões remotas, contatos telefônicos e até estudos de caso intersetoriais, a fim de garantir um atendimento qualificado e encaminhamento adequado para os serviços de proteção, educação, saúde e aprendizagem.”

Cristiane Aparecida Pereira Jardim, referência técnica do PETI de Cariacica

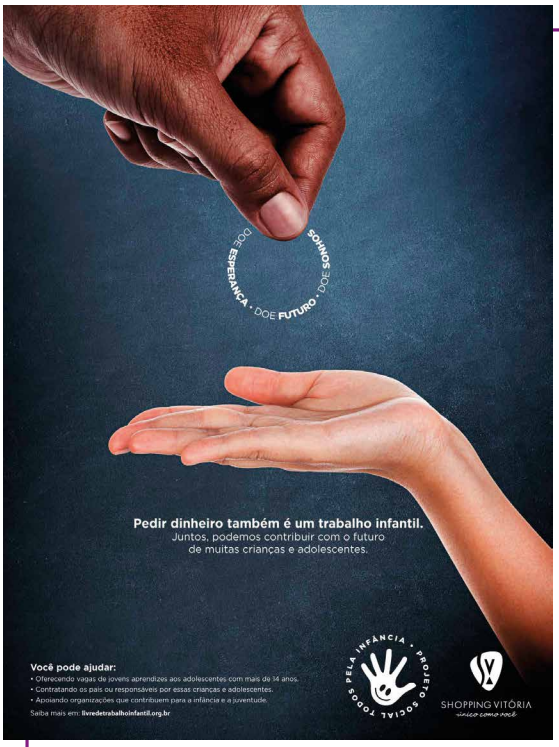
“Começamos a construir instrumentos de troca de informações, como planilhas e formulários, e incorporamos os dados ao nosso sistema de monitoramento, o Observatório do Trabalho Infantil. Também criamos um fluxo pactuado de atendimento, desde a identificação no Shopping até o retorno das informações à equipe do projeto.”

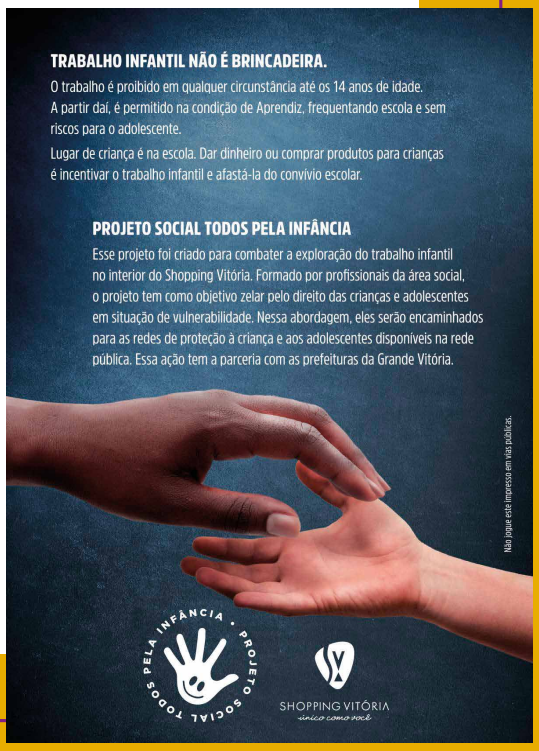
Precilla Giacomin Peçanha Tosta, assistente social e referência técnica do PETI em Vitória

CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO DE CLIENTES E LOJISTAS

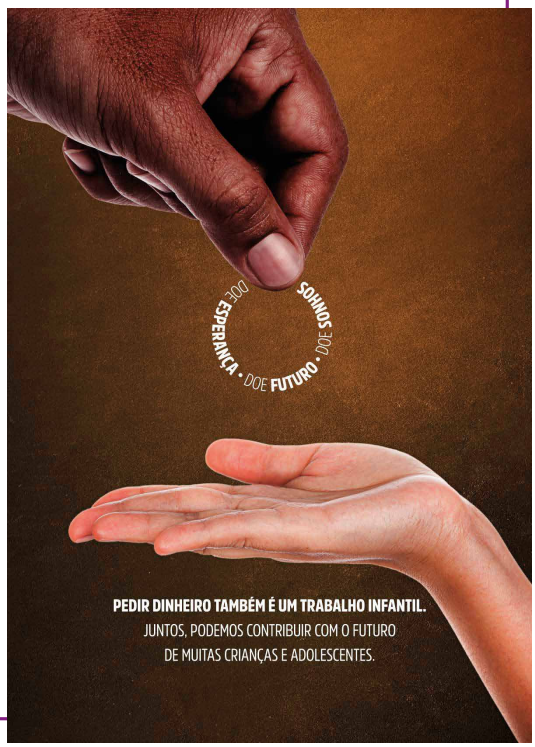
Além das ações diretas de acolhimento e encaminhamento, o projeto **Todos pela Infância** se dedicou à sensibilização do público frequentador e dos lojistas. O objetivo foi promover uma mudança cultural no entendimento sobre o trabalho infantil e mobilizar todos os atores do espaço para a construção de um ambiente mais protegido às infâncias e adolescências.

Como parte dessa estratégia, são distribuídos diariamente materiais informativos elaborados pelo Shopping, explicando o que caracteriza o trabalho infantil, os objetivos do projeto e formas de colaborar para o enfrentamento ao trabalho infantil.


DOE ESPERANÇA · DOE FUTURO · DOE SONHOS
Pedir dinheiro também é um trabalho infantil.
Juntos, podemos contribuir com o futuro
de muitas crianças e adolescentes.
Você pode ajudar:
• Oferecendo vagas de jovens aprendizes aos adolescentes com mais de 14 anos.
• Contratando os pais ou responsáveis por essas crianças e adolescentes.
• Apoiando organizações que contribuem para a infância e a juventude.
Saiba mais em: livredetrabalhoinfantil.org.br
TODOS PELA INFÂNCIA · PROJETO SOCIAL
SHOPPING VITÓRIA
único como você


TRABALHO INFANTIL NÃO É BRINCADEIRA.
O trabalho é proibido em qualquer circunstância até os 14 anos de idade.
A partir daí, é permitido na condição de Aprendiz, frequentando escola e sem riscos para o adolescente.
Lugar de criança é na escola. Dar dinheiro ou comprar produtos para crianças é incentivar o trabalho infantil e afastá-la do convívio escolar.
PROJETO SOCIAL TODOS PELA INFÂNCIA
Esse projeto foi criado para combater a exploração do trabalho infantil no interior do Shopping Vitória. Formado por profissionais da área social, o projeto tem como objetivo zelar pelo direito das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Nessa abordagem, eles serão encaminhados para as redes de proteção à criança e aos adolescentes disponíveis na rede pública. Essa ação tem a parceria com as prefeituras da Grande Vitória.
Não jogue este impresso em vias públicas.
TODOS PELA INFÂNCIA · PROJETO SOCIAL
SHOPPING VITÓRIA
único como você

DOE ESPERANÇA • DOE FUTURO • DOE SONHOS
Pedir dinheiro também é um trabalho infantil.
Juntos, podemos contribuir com o futuro
de muitas crianças e adolescentes.
Viu uma criança ou adolescente em situação de risco social?
Informe ao lojista ou ao segurança para que nossa equipe possa fazer a abordagem.
A equipe do Projeto Todos pela Infância, formada por profissionais da área social, vai realizar o devido acolhimento. Em seguida, criaremos condições para que as famílias sejam atendidas pelos serviços de proteção social.
Apoie organizações que contribuem para a infância e a juventude. Saiba mais em:
livredetrabalhoinfantil.org.br
TODOS PELA INFÂNCIA • PROJETO SOCIAL
SHOPPING VITÓRIA
único como você


DOE ESPERANÇA • DOE FUTURO • DOE SONHOS
PEDIR DINHEIRO TAMBÉM É UM TRABALHO INFANTIL.
JUNTOS, PODEMOS CONTRIBUIR COM O FUTURO
DE MUITAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

PRINCIPAIS RESULTADOS E CONQUISTAS

O projeto em números:

119
crianças e adolescentes identificados
em situação de trabalho infantil (jul/2024 – jun/2025);

68
relatórios enviados
às Secretarias Municipais de Assistência Social;

55
casos formalmente compartilhados
com as redes de proteção municipais;

Criação de protocolo intermunicipal de atendimento, (**Planilha de Monitoramento Intermunicipal**), com fluxo pactuado e monitoramento integrado com a rede de proteção dos municípios de Vitória, Cariacica, Serra e Vila Velha;

Formação continuada das equipes de seguranças e do Núcleo Social do Shopping;

Inclusão produtiva de Jovem Aprendiz;

Adoção de abordagens qualificadas e humanizadas dentro do empreendimento;

Mobilização de frequentadores e lojistas com ações de sensibilização e distribuição de materiais informativos.

Transformações alcançadas e avanços concretos

A implementação do projeto **Todos pela Infância** no Shopping Vitória gerou mudanças significativas na forma como o trabalho infantil passou a ser compreendido e enfrentado no cotidiano do empreendimento.

Antes da iniciativa, era comum que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilização social fossem abordadas exclusivamente pela segurança patrimonial, sem escuta qualificada ou encaminhamento adequado. A prática era baseada na percepção de que se tratava de um problema de segurança, e não uma violação de direitos.

Com a implementação do projeto, o Shopping passou a contar com uma equipe especializada, além de promover formações para todos os setores envolvidos. Essa estrutura contribuiu para ressignificar o olhar sobre essas infâncias e adolescências, priorizando o acolhimento, a escuta ativa e o encaminhamento à rede de proteção social e demais atores do Sistema da Garantia de Direitos.

Uma das principais conquistas foi tirar da invisibilidade uma demanda social grave e complexa, que muitas vezes não chegava ao Sistema. Destaca-se a expressiva taxa de acompanhamento dos casos identificados próxima a 50%.

Casos antes desassistidos passaram a ser acompanhados de forma sistemática, possibilitando o restabelecimento de direitos violados e a inclusão social de crianças, adolescentes e suas famílias. Muitas dessas situações envolviam múltiplas violações, como trabalho precoce, abandono escolar, precariedade habitacional, desemprego dos adultos responsáveis e ausência de acesso a serviços básicos.

A atuação intersetorial e sistêmica permitiu a articulação de diferentes políticas públicas, viabilizando o acesso a:

- Programas de transferência de renda;
- Educação em tempo integral e atividades de convivência no contraturno escolar;
- Oficinas de geração de renda e qualificação para os responsáveis;
- Inserção de adolescentes em programas de aprendizagem profissional (Jovem Aprendiz).

> **"Às vezes, não conseguimos encontrar os adolescentes em nossos territórios. Com as informações do shopping, conseguimos localizá-los, fazer busca ativa e garantir o retorno à escola."**
>
> **Greuza Nunes Pereira**, coordenadora do PETI em Vila Velha

A transformação gerada pelo projeto foi também cultural. Com a formação da equipe e o suporte técnico contínuo, os protocolos passaram a valorizar o acolhimento, a escuta qualificada e a articulação com a rede.

> **"Se o Serviço [Especial de Abordagem Social (SEAS)] não consegue acessar o estabelecimento, como o shopping, ele não consegue identificar as crianças e adolescentes. Com a equipe [do Núcleo Social] dentro do shopping, isso se tornou possível."**
>
> **Ana Paula dos Santos Lyrio Sperandio**, coordenadora da equipe PETI em Serra

O fortalecimento do vínculo com a comunidade e com o entorno do Shopping também se tornou perceptível. Um exemplo simbólico foi o gesto de *Luís, o pai de *Samuel, que foi contratado em uma

empresa como Jovem Aprendiz. Luís presenteou a equipe com um empadão preparado por ele, em agradecimento — um gesto de afeto que sintetiza o impacto real da ação.

> **“A árvore você planta hoje. Acredito que vamos nos alimentar muito dela ainda. A sociedade colherá os frutos desse investimento na infância.”**
>
> **Marcos Antônio Ferreira Luiz**, gerente de segurança do Shopping Vitória

Aprendizados do projeto **Todos pela Infância**

A partir dos desafios enfrentados ao longo do processo, a equipe do projeto identificou aprendizados fundamentais para a continuidade, aprimoramento e replicação da metodologia em outros contextos:

- A formação continuada da equipe do Núcleo Social é estratégica para garantir autonomia e qualidade nas ações. O preparo técnico e emocional das profissionais mostrou-se essencial para lidar com a complexidade dos atendimentos e promover respostas eficazes e humanizadas.
- A integração com a rede de proteção confirmou-se indispensável. Mais do que facilitar os encaminhamentos, a atuação conjunta com os serviços públicos serviu como espaço de troca, valorização de saberes locais e construção de soluções colaborativas para os casos identificados. A criação de espaços sistemáticos de diálogo — como reuniões periódicas, planilhas e relatórios compartilhados — foi determinante para o monitoramento das ações.
- A sistematização da comunicação e do acompanhamento em todos os níveis — entre a equipe técnica, a gestão do Shopping e os parceiros da rede — permitiu mais agilidade e eficiência no acompanhamento conjunto dos casos.

Esses aprendizados demonstram que o enfrentamento ao trabalho infantil em espaços privados de uso coletivo exige planejamento, escuta ativa, articulação em rede e investimento humano. Mais do que uma resposta pontual, o projeto deixa como legado um modelo sistêmico replicável de atuação comprometida com os direitos de crianças e adolescentes previstos na legislação vigente.

Rumo ao futuro: próximos passos

Os relatos das equipes técnicas e dos gestores envolvidos no projeto reforçam a necessidade de continuidade das ações de enfrentamento ao trabalho infantil, tanto no Shopping Vitória quanto na Região Metropolitana. Ainda que nem todos os municípios tenham formalizado propostas de expansão, há consenso sobre o potencial da metodologia para ser ampliada e consolidada em diferentes territórios.

Para garantir sua sustentabilidade no Shopping Vitória, alguns elementos são fundamentais:

- Fortalecer a formação continuada das equipes, assegurando que os profissionais do Núcleo Social mantenham-se atualizados para lidar com contextos complexos;
- Manter canais sistemáticos de comunicação entre Shopping, equipes técnicas, redes de proteção, demais atores do **Sistema de Garantia** e famílias atendidas, garantindo acompanhamento contínuo e alinhamento das ações;
- Incentivar que outros espaços privados de uso coletivo invistam em metodologias de enfrentamento ao trabalho infantil, contando com a parceria da rede de proteção dos municípios envolvidos;

- Desenvolver estratégias de inclusão produtiva para os adolescentes — por meio do programa Jovem Aprendiz — e para familiares, apoiando a formação e profissionalização dos responsáveis, visando aumentar a renda da família;
- Desenvolver campanha de sensibilização permanente a respeito do trabalho infantil e dos direitos de crianças e adolescentes para lojistas e frequentadores do Shopping, visando a conscientização e desnaturalização da violação.

CONCLUSÃO

O projeto **Todos pela Infância** no Shopping Vitória representa uma iniciativa inovadora no enfrentamento de um problema estrutural em espaços privados de uso coletivo. A articulação entre shopping, poder público e organizações da sociedade civil demonstrou que é possível promover acolhimento, encaminhamento e garantia de direitos mesmo em contextos desafiadores.

O envolvimento das equipes, a articulação e o trabalho em parceria com as redes de proteção social, a construção de fluxos pactuados, o monitoramento de dados permanente e a formação continuada contribuíram para consolidar um modelo de atuação replicável.

Ao dar visibilidade ao fenômeno, estruturar respostas intersetoriais e mobilizar diferentes atores, o projeto **Todos pela Infância** no Shopping Vitória deixa um legado concreto e simbólico para a proteção de crianças e adolescentes. Que essa experiência inspire novas práticas, articulações e políticas públicas em defesa das infâncias e adolescências.

GLOSSÁRIO

SIGLA / TERMO	DEFINIÇÃO
Cadastro Único (CadÚnico)	Sistema do Governo Federal que identifica famílias de baixa renda para acesso a programas sociais como Bolsa Família, Tarifa Social, etc.
Conselho Tutelar	Órgão autônomo municipal responsável por zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
CRAS | Centro de Referência de Assistência Social	Unidade básica da Assistência Social que atua na prevenção de situações de risco por meio de ações socioassistenciais e de fortalecimento de vínculos.
CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social	Unidade pública estatal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que atende famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, como trabalho infantil, violência e outras violações.
Grupo de Trabalho PETI Metropolitano	Instância de articulação entre os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória para planejar e executar ações conjuntas contra o trabalho infantil.
Observatório do Trabalho Infantil	Ferramenta de monitoramento criada pelo Grupo de Trabalho PETI Metropolitano e utilizada para sistematizar dados sobre casos identificados e ações realizadas em prol da erradicação do trabalho infantil.

SIGLA / TERMO	DEFINIÇÃO
PETI | Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Política pública voltada à retirada de crianças e adolescentes do trabalho infantil e à sua inserção em atividades de proteção, educação e lazer.
PAEFI | Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos	Serviço ofertado pelo CREAS que realiza acompanhamento especializado de famílias em situação de violação de direitos.
SEAS | Serviço Especializado de Abordagem Social	Serviço da assistência social responsável pela abordagem de crianças, adolescentes, adultos e famílias em situação de rua ou trabalho infantil.
Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)	Conjunto de instituições públicas e da sociedade civil que atuam para garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, conforme o ECA. O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), deve exercer suas funções, em rede, a partir de três eixos: ▸ **Defesa:** Judiciário, Conselho Tutelar, Ministério Público, Polícias Civil e Militar, Defensoria Pública, Ouvidorias; ▸ **Promoção:** Políticas Públicas de Atendimento (programas, serviços e projetos), Organizações da Sociedade Civil, Instituições da Iniciativa Privada...; ▸ **Controle:** Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente, Conselhos Setoriais, Sociedade Civil (organizações e articulações), Órgãos de Controle.

FICHA TÉCNICA

Texto: Bruna Ribeiro
Edição e revisão: Miriam Tronnolone e Roberta Tasselli
Projeto gráfico: Glaucia Cavalcante e Gustavo Abumrad
Diagramação: Gustavo Abumrad

Projeto Todos pela Infância

SHOPPING VITÓRIA

Diretoria Geral
Raphael Brotto
Gerente de Segurança
Marcos Antônio Ferreira Luiz
Equipe do Núcleo Social
Lorena Castro Clemente (assistente social)
Paullieny Florencio Barcelos (assistente social)

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Gestão do projeto
Miriam Tronnolone
Direção institucional
Paula Patrone
Direção de Programas
Raiana Ribeiro
Direção de Comunicação para o Desenvolvimento
Roberta Tasselli

Agradecimentos

Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram com esta publicação, compartilhando suas experiências, saberes e trajetórias. Reconhecemos a parceria da rede de proteção, que sempre confiou no projeto e esteve disponível em cada etapa. É por meio dessa parceria que seguimos fortalecendo a proteção integral de crianças e adolescentes.

Pessoas entrevistadas para esta publicação:

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Miriam Tronnolone, gestora do projeto pela Cidade Escola Aprendiz

SHOPPING VITÓRIA

Marcos Antônio Ferreira Luiz, gerente de segurança do Shopping Vitória

Lorena Castro Clemente, assistente social do Núcleo Social do Shopping Vitória

Paullieny Florencio Barcelos, assistente social da equipe do Núcleo Social do Shopping Vitória

REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Ana Paula dos Santos Lyrio Sperandio coordenadora da equipe PETI em Serra

Cristiane Aparecida Pereira Jardim, referência técnica do PETI de Cariacica

Greuza Nunes Pereira, coordenadora do PETI em Vila Velha

Precilla Giacomin Peçanha Tosta, assistente social e referência técnica do PETI em Vitória

Iniciativa:

ESG SHOPPING VITÓRIA

SHOPPING VITÓRIA

Parceiro Técnico:

CIDADE ESCOLA APRENDIZ